



Entrevista

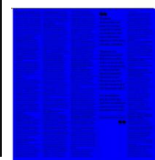


Edmundo Martinho

“Há um pensamento perigoso de que pobre é malandro, vive do subsídio e tem que prestar trabalho gratuito”

O ex-presidente do Instituto de Segurança Social é bastante crítico do anunciado Programa de Emergência Social. Fala do “risco tremendo” de se estar a desvalorizar o Estado, de uma visão passadista de que “os pobres têm de receber tudo, de forma grata”. Mas, acima de tudo, está contra a ideia de que os apoios sociais tenham que ser “pagos” com trabalho de graça

Andreia Sanches e João Ramos de Almeida (texto) Nuno Ferreira Santos (fotografias)



Esteve seis anos a presidir ao conselho directivo do Instituto de Segurança Social (ISS), o organismo responsável pela aplicação das políticas nesta área. Terminou a sua comissão de serviço em Maio - mas acabou por ficar mais algum tempo. Antes das eleições, diz, já tinha decidido que queria deixar o cargo. Edmundo Martinho concorreu para director do Observatório Internacional da Segurança Social, em Genebra, e acabou por ser seleccionado entre mais de cem candidatos. O seu último dia de trabalho no ISS foi a 12 de Agosto.

Quem gere o Instituto de Segurança Social tem que estar em sintonia com o Governo?

Tive oportunidade de dizer isso ao ministro [Pedro Mota Soares], que foi de uma correcção e lealdade inexpressível comigo. Se falássemos de uma instituição iminentemente técnica, poderíamos não dar excessiva relevância à sintonia. Mas, numa organização como esta, é indispensável, sob pena de as coisas não correrem com o entusiasmo necessário.

Dou-lhe um exemplo: por força das funções que exercia, tinha a meu cargo a representação externa, onde temos que defender as opções a pôr em prática. E devo confessar que me sinto completamente incapaz de ser intérprete de muitas das posições que estão a ser tomadas.

Por exemplo?

Um muito concreto: faz parte do Programa Emergência Social (PES) o alargamento da lotação das creches. Andamos há anos a lutar, com o Ministério da Educação, para que haja uma intencionalidade educativa nas creches - respondendo às orientações da OCDE, do Conselho da Europa e da Comissão Europeia. Se alargamos o número de crianças por sala sem mexer no quadro de recursos humanos, regressamos a um modelo de creche de mero... não quero dizer depósito de crianças... espaço onde as crianças são acolhidas. E a creche já é mais do que isso. É, sobretudo, uma forma de iniciar e salvaguardar um percurso educativo. Este é apenas um exemplo.

Quer dar outros?

A liberalização na gestão dos recursos humanos dos equipamentos sociais. Passa a caber às IPSS decidir que recursos vão ter, podendo - no limite - trabalhar apenas com voluntários. Isto é uma regressão perigosíssima. E estou convencido que os próprios organismos e as instituições que têm trabalhado tanto no domínio da qualificação das respostas sociais não aceitam avançar para uma solução deste tipo.

Mas são as instituições que se queixam de o país ter uma legislação de luxo...

Não acompanho essa interpretação. Admito que numa ou noutra circunstância possamos alterar a legislação. Mas os rácios de pessoal que estão previstos não me parecem exagerados. Claro que deve haver sempre alguma flexibilidade. O caminho que estávamos a seguir

era de qualificação das respostas, e não de desqualificação. E este é o meu receio: que, com o argumento de emagrecer o Estado, estejamos a enfraquecê-lo. Porque uma cura de emagrecimento não significa cortar, cortar. Significa alimentarmo-nos adequadamente.

Acha que o PES implica uma desqualificação das respostas?

Sim. O PES acolhe o que é hoje uma *moda*: dizer que temos uma situação de penúria generalizada e que a nossa preocupação principal deve ser a classe média. E que, em relação aos pobres e aos mais pobres dos pobres, devemos deixar que sejam eles próprios a tratar da sua situação. Ou que seja a boa vontade individual a cuidar dela. E isto é um risco tremendo para aquilo que deve ser o papel do Estado. O Estado não pode nunca abdicar - e esse deveria ser o último aspecto onde se deveria cortar - do suporte à dignidade humana.

Onde vê que isso acontece?

Em vários aspectos. Há uma ideia que me parece interessante: o mercado social de arrendamento. Mas não me entusiasma mais nenhuma medida do programa.

Onde vejo essa atitude de retorno a valores e princípios que deviam estar há muito tempo arrumados? Na forma como se entende o trabalho, desde logo. O PES, ao mesmo tempo que afirma a importância da formação profissional e do trabalho, tem uma medida que é fatal que é o "tributo solidário". É o trabalho gratuito como contrapartida de uma prestação social. Até me admiro como é que a Igreja - que teve, ao longo de décadas, um papel na defesa do trabalho como um valor intrínseco ao ser humano - não tenha sido mais crítica deste tipo de medidas.

Isto vai ao encontro desta *moda* de achar que os pobres têm de receber tudo o se lhes der de forma grata e muito reconhecida. Penso que é uma das marcas desta atitude global de desvalorização do papel do Estado.

Mas o trabalho socialmente necessário já existe...

São coisas diferentes. O que está previsto é que [os beneficiários de prestações sociais] possam fazer trabalho socialmente necessário, mas recebendo um salário, em parte pago pelo Estado e em parte pela instituição que acolhe a pessoa. Aliás, ainda há pouco tempo a ideia do tributo solidário foi recusada no Parlamento. A proposta previa inclusivamente a quantas horas por semana um beneficiário de subsídio de desemprego estava obrigado e a quantas horas estava obrigado um beneficiário do rendimento social de inserção (RSI). Até havia uma graduação na pena aplicada. Este tributo solidário é tão degradante! Não é uma forma de travar a ociosidade, evitar que as pessoas fiquem em casa com o subsídio? Estou a receber um subsídio e fico obrigado a seis ou dez horas de trabalho por semana. Isto é um incentivo a que eu trabalhe, ou é

uma obrigação? Uma pena?

Isto já existe no sistema penal. Temos penas de trabalho a favor da comunidade, para substituir ou complementar penas de privação da liberdade. Trabalho gratuito é transpor para um domínio que é o da protecção da pessoa humana e da sua dignidade aquilo que é um modelo do sistema penal. Não consigo aderir a este pensamento perigosíssimo de que pobre é malandro: "Pobre não quer trabalhar e quer viver dos 180 euros do RSI." E que se deve pôr cobro a isso, nem que seja obrigando-o a prestar trabalho gratuito.

Qual é o peso da fraude no RSI?

A única coisa que posso dizer é que, a partir das acções de fiscalização, encontramos situações irregulares. Não significa que a pessoa não tenha direito à prestação: podem ser irregularidades do tipo não comunicação de alterações no agregado. Andamos à volta dos 13 ou 14 por cento de situações irregulares. O RSI é provavelmente a prestação mais fiscalizada.

Uma das medidas propostas na campanha eleitoral foi o pagamento de parte do RSI em espécie ou em vales.

Quando o rendimento mínimo garantido mudou para RSI, era ministro Bagão Félix, essa possibilidade foi incluída na legislação. E nunca foi concretizada. Mais uma vez, estamos a partir do princípio de que, se é pobre, não sabe gastar o dinheiro. Isto é a perversão completa do entendimento do que é este tipo de prestações.

Das duas, uma: ou retiramos este tipo de prestação do sistema de protecção social (e pode defender-se isso, eu não concordo, mas é legítimo); ou, a partir do momento em que é um direito, a pessoa deve dispor do dinheiro a que tem direito. E recordo que quem está endividado em Portugal não são os beneficiários do RSI. São as pessoas que, à partida, têm condições para saber gerir o seu património financeiro. Os vales sociais são uma forma inaceitável de paternalismo. Mas é um preconceito arcaico ou, de facto, os beneficiários não conseguem sair da pobreza?

Mas ninguém sai da pobreza com o RSI. Os dados estão todos aí. O RSI reduz a intensidade da pobreza, mas não tira ninguém da pobreza. Se eu receber todos os meses 180 euros - o máximo que posso receber, se for uma pessoa sozinha -, vou aprender a viver com 180 euros? Caramba! Aprendo, se me disserem que vou receber metade dos 180 euros em vales? Aliás, nada nos diz que esses vales não possam passar a ser usados como moeda de troca de outra coisa qualquer. Não é por acaso que essa medida nunca foi posta em prática. Mas há mais aspectos muito críticos neste PES. Quais?

Em relação a um já houve um recuo: a reutilização de medicamentos. Agora, fala-se em combater o desperdício distribuindo medicamentos em fim de prazo

“

Nenhum

pensionista com

mais de 65 anos,

se quiser e reunir

as condições, tem

um rendimento

inferior a 470 euros

por mês. Nenhum.

Ninguém sai

da pobreza com o

RSI. Se eu receber

todos os meses 180

euros, vou aprender

a viver com 180

euros? Caramba!

Aprendo, se me

disserem que vou

receber metade dos

180 euros em vales?

Vi com alguma

dor [ter sido um

governo socialista a

aprovar cortes nas

prestações sociais].

Edmundo Martinho

”

pelos pobres.

Vou-vos contar uma coisa que a mim me incomodou imenso: fomos fazer uma acção normal, há umas duas ou três semanas, numa instituição. E detectámos imensos alimentos fora de prazo. E a perspectiva em que um banco alimentar se colocava era esta: "Tenho aqui um papel de uma empresa, feito à mão, a alterar o prazo de validade, a dizer qualquer coisa como já não é 25 de Julho, é 16 de Agosto." Ora, isto não é legítimo só porque é para os pobres.

Qual foi a resposta desse banco alimentar?

Disse: "É à nossa responsabilidade." Ora, eu não tenho o direito de manter no circuito alimentos fora do prazo. Estamos a falar é de uma atitude que está a generalizar-se e que, do meu ponto de vista, é muito perigosa: para os pobres qualquer coisa serve. Não é saudável para aquilo que é esta nossa organização colectiva.

O que acha das tarifas sociais para os transportes, a luz?

Concordo, obviamente que tem que haver. O acesso ao gás, à electricidade é crítico no combate à pobreza.

Não há risco de se criar um mercado de pobres? Não se chegará ao ponto em que é mais vantajoso ser pobre?

Pode, dependendo da forma como isto será levado à prática. Temos hoje uma lei da condição de recursos. Pela primeira vez, estabelecemos regras comuns na avaliação do rendimento [das famílias que têm direito a prestações sociais] e para a avaliação do agregado. Dantes, o cálculo do abono de família era feito de uma maneira; o do RSI de outra. E andávamos nesta nuvem de interpretações. Isso estabilizou. Estabilizou por baixo...

Sim, mas aí já tem a ver com os valores de referência que se decidiram. E aí, eu disse - na altura e no local próprio - que não acompanhava de forma tão entusiasta as soluções que foram encontradas.

Cerca de 600 mil pessoas perderam o abono de família no último ano, milhares de famílias deixaram de ter RSI...

Deixaram sem que nada nas suas vidas se tivesse alterado. E o princípio que preside a estas medidas é: se as minhas condições se alteram, altera-se a minha relação com a prestação. Agora, alteraram-se artificialmente os valores de referência, o que significou logo um varrimento de imensas pessoas. Era mesmo preciso poupar à custa destas prestações? (Sorriso) Eu já disse que se pode cortar em tudo menos naquilo que tem a ver com o suporte à dignidade das pessoas.

Ou seja, não concordou ao ver o Governo socialista cortar no RSI.

Concordei imenso com o estabelecimento de uma regra global de condição de recursos dos agregados. A forma como isso se traduziu em termos práticos na →



vida das famílias já me parece muito discutível e nalguns aspectos não acompanho.

Como viu um governo socialista tomar essas medidas?

(Sorriso) Vi com alguma dor, se quer que lhe diga. Estamos todos de acordo com a necessidade de o país ganhar saúde nas suas contas públicas. Tenho orgulho de ter sido parte e contribuinte de alguns destes processos. Mas penso que cabe a um governo que tem este património ter um conjunto de preocupações que as pressões financeiras não deixaram que tivesse. Deveríamos ter sido mais resistentes nalgumas das mexidas, nomeadamente do RSI e do abono de família...

Este Governo quer actualizar as pensões mínimas. Os anteriores apostaram no complemento solidário de idosos (CSI), porque atacava mais a pobreza. Mas faz sentido ter pensões de 200 euros?

Neste momento, nenhum pensionista com mais de 65 anos, se quiser e reunir as condições, tem um rendimento inferior a 470 euros por mês. Nenhum.

Mas há ou não um milhão com pensões muito baixas?

Há, mas o ponto é este: quando chegámos à discussão de "como é que se ataca a pobreza dos idosos?", pensamos: "É pela forma tradicional, aumentando gradualmente as pensões mais baixas? Ou é preferível ter uma intervenção pesada, de uma só vez, sobre quem não tem outros rendimentos que não a pensão?" Felizmente, vingou esta última ideia. O facto de uma pessoa ter uma pensão baixa não quer dizer que tenha rendimentos baixos.

Quantas pessoas têm CSI?

Umas 270 mil. **Isso significa que os restantes 730 mil não são suficientemente pobres para receber o CSI?**

Ou não querem requerer, porque não sabem, porque optaram por não o fazer, ou têm outro tipo de rendimentos. Por exemplo, nós temos muitas pessoas com pensões do estrangeiro, temos muitas com rendimentos prediais...

E há quem não sujeite os filhos a mostrar os dados do IRS, como se exige a quem pede o CSI...

Pode haver. Mas a questão é esta: assumimos que nenhum pensionista deve ter um rendimento inferior ao limiar da pobreza, isto é uma coisa histórica. Pode ou deve o Estado isentar os filhos de ser parte desse esforço de combate à pobreza? Esta era a discussão. E do meu ponto de vista não se deve isentar os filhos. Esta prestação é fundamental, teve um impacto importantíssimo, temos pessoas que, de um mês para o outro, aumentaram o seu rendimento em cem euros.

Então o que acha de aumentar as pensões mais baixas?

Parece-me razoável. Mas não subscrevo a perspectiva de que todas as pensões, porque são baixas, devem ter um aumento igual. Nem toda a gente com pensões baixas é pobre.



Redução da TSU e "plafonamento" de contribuições sociais

O objectivo é a privatização da Segurança Social

● Não é por acaso que se cortam direitos, avisa Edmundo Martinho. E, "como que por magia", há "uma espécie de anestesia geral". **Como vê o possível uso pelas Finanças das verbas da Segurança Social?**

Uma coisa é o caminho de convergência das tesourarias, que é inevitável. Outra é a forma como as contas da Segurança Social são utilizadas. Tem que haver um completo isolamento. Sou um bocadinho suspeito, porque sou um grande defensor da Segurança Social pública, da sua solidez. Daí que todas as questões que têm a ver com o "plafonamento" e a redução da taxa social única (TSU) devam ser tratadas com muita cautela.

Essas medidas enfraquecem a Segurança Social?

Sem dúvida. Já basta que esteja vulnerabilizada por conta das condições em que estamos a viver, para que ainda lhe acrescentemos - e na minha opinião desnecessariamente - factores adicionais de fragilidade.

Os que defendem a redução da TSU fazem-no na perspectiva de que aumentaria a competitividade. Mas isso só seria alcançável com uma redução muito violenta da TSU. E que repercussões é que isso tem? O que significa como rombo? Não temos uma lei de bases que diz

que entre 2 a 4% das contribuições devem ser transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira? Como é que tudo se compatibiliza? Não se compatibiliza.

E o memorando da troika?

O que está no memorando é uma formulação genérica, que permite todo o tipo de interpretações.

Estas medidas são inocentes ou é mais premeditado?

Se fosse inocente, seria uma inconsciência. Não acredito que seja fruto do mero acaso. A lógica em que toda a Europa caminha é a da privatização progressiva da Segurança Social. Retirar-lhe cada vez mais prestações a que as pessoas têm direito e transferi-las progressivamente para o domínio privado.

Ao reduzir-se a TSU e os direitos, está a pensar-se nesse objectivo?

Emagrecer a Segurança Social com esse objectivo... Do meu ponto de vista, sim. Porque nós podemos ter todos a nossa opinião sobre como a Segurança Social deve organizar-se e disponibilizar respostas aos cidadãos. Mas há duas opiniões predominantes.

Uma - que é o meu caso - defende que este é um domínio claramente da responsabilidade pública e intransferível; e outra defende que se deve deixar ao livre arbítrio de cada cidadão e transferir para os

privados aquilo que é a dimensão mais central das políticas públicas.

Outro exemplo disso é a protecção no desemprego. Não vejo nenhum inconveniente em adoptar alguma regressividade na taxa de substituição. E que, à medida que se prolonga a protecção, se reduza a percentagem.

Mantê-la desincentiva a procura de emprego?

Penso que sim. Já não estou de acordo com a redução dos tempos de protecção. Não é por só proteger

seis meses, em vez de 24 ou 30, que as pessoas mais depressa encontram trabalho. Ainda por cima na situação actual. A Segurança Social deve continuar a ter a capacidade de proteger quem fica desempregado involuntariamente. O que não pode é continuar a pagar as valorizações bolsistas para quem despede.

Como assim?

Não entendo que uma empresa que tem lucros substanciais despeça pessoas para se valorizar e, depois, seja a Segurança Social a pagar essas reestruturações empresariais.

Quem é que devia proteger essas pessoas despedidas?

A empresa, eventualmente, em conjunto com a Segurança Social. Penso que se justificaria olhar para a situação que hoje temos e que fôssemos mais exigentes. Cada vez acho mais que temos de ser capazes de encontrar soluções de *hard law*. Acho que hoje - e isso é talvez dos efeitos mais perniciosos da crise - há uma espécie de anestesia geral relativamente ao conjunto de medidas que vão ser aplicadas. Tivemos décadas de grande combate ideológico. E hoje, quase como que por magia, temos esta ideia: estamos assim, porque os Estados foram demasiado generosos com os seus concidadãos e é preciso pôr um travão nisto.

“

O que não podemos é continuar a pagar as valorizações bolsistas de quem despede

Edmundo Martinho

”



Entrevista **Edmundo Martinho**

Europa caminha para a privatização da Segurança Social

Págs. 14 a 16